

Editorial

A sociedade do conhecimento, a difusão de artigos científicos e a Revista do TCE-PE

No mundo contemporâneo — da sociedade do conhecimento e em rede, da tecnologia, da administração com foco em resultados — da educação a distância, temos que ter, como gestores públicos, capacidade de criar o conhecimento organizacional e gerenciá-lo de forma sistemática e com capacidade de multiplicação e circulação da informação.

Essa difusão interativa do conhecimento, contínua e dinâmica no espaço organizacional, é protagonizada pelo Tribunal de Contas de Pernambuco em parceria com a Escola de Contas Públicas. Foi com esta perspectiva que lançamos esta edição da Revista do TCE-PE, aproveitando de maneira efetiva os meios disponíveis para garantir a construção do conhecimento científico e disseminá-lo no âmbito da gestão pública.

Ao organizarmos esta edição, qualificamos os trabalhos científicos com os mesmos parâmetros da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a agência de fomento à pesquisa brasileira que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados do país.

Para formalizar a iniciativa, foi instituída uma nova portaria regulamentando o processo de produção da revista e definindo o novo Conselho Editorial. Também foi formado um banco de dados de especialistas avaliadores dentre pesquisadores internos e externos, com formação acadêmica *stricto sensu*.

Além disso, foram abertas as inscrições para pesquisadores de todo o Brasil, sob a coordenação da Escola de Contas Públicas. Os artigos técnicos foram selecionados pelos especialistas avaliadores, tudo com a mais absoluta lisura do processo.

Toda a coleção da revista está disponível em formato eletrônico, no site do Tribunal de Contas de Pernambuco, inclusive este número será o último nos dois formatos (impresso e eletrônico), a partir do próximo será editada apenas em formato digital.

Ao todo, são oito artigos, que vão desde temas ligados ao controle externo e interno até compras governamentais, participação popular na gestão de regimes de previdência, combate à corrupção e controle social.

É importante citar também que o Tribunal de Contas de Pernambuco, com base em amplo debate, juntamente com a Atricon, a Abracom, o IRB, o Colégio de Corregedores e Ouvidores e os outros Tribunais de Contas, se alinha às demandas sociais, especialmente na orientação, no combate à corrupção e no controle do gasto público, visando à implantação de um sistema integrado de controle da Administração Pública, buscando a uniformização de procedimentos e garantindo amplo acesso do cidadão às informações respectivas, conforme definido na Carta de Fortaleza, publicada pela Atricon neste semestre.

Ao focar em Pernambuco, esta gestão tem como prioridades, até 2015, melhorar a qualidade das auditorias, deixando-as em padrão internacional, aperfeiçoar a comunicação com a sociedade e desenvolver programas através da Escola de Contas para dar mais assistência aos pequenos municípios.

Para fechar este editorial, cito uma frase de Peter Drucker, o maior expoente intelectual da gestão moderna: “O conhecimento era um bem privado, associado ao verbo SABER. Agora, é um bem público ligado ao verbo FAZER”.

E nós, do Tribunal de Contas de Pernambuco e da Escola de Contas de Pernambuco, estamos criando, fazendo, dando transparência e disseminando conhecimento no âmbito dos órgãos de Controle Externo do País.

Boa leitura!

Valdecir Pascoal

Editor Geral da Revista